



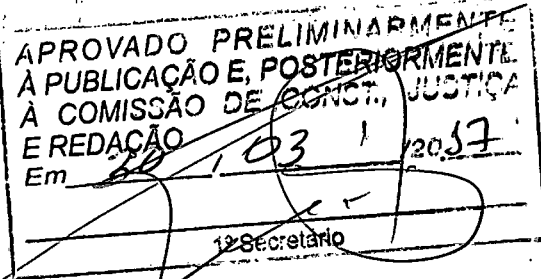
**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
17 FEVEREIRO DA CIDADANIA



Delegada
**Adriana
Accorsi** ★
Deputada
Estadual



PROJETO DE LEI Nº 110, DE 30 DE maio 2017.



ALTERA A LEI Nº 18.464, DE 13 DE MAIO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art.11 da Lei nº 18.464, de 13 de maio de 2014, passa a vigorar acrescido dos parágrafos 1º e 2º:

"Art. 11 Os ocupantes dos cargos de que trata esta Lei estão sujeitos à prestação de serviços de 30 (trinta) horas semanais, ressalvados aqueles amparados em legislação específica, computando-se como jornada de trabalho os dias úteis, sábados, domingos e/ou feriados em períodos diurnos e noturnos."

Ass



§ 1º O disposto no caput deste artigo deverá vigorar para os servidores efetivos da Secretaria de Estado da Saúde, lotados em quaisquer municípios do Estado de Goiás.

§ 2º Ficará a cargo da Secretaria de Estado da Saúde a comunicação com os órgãos de saúde municipais para a efetividade do disposto no parágrafo anterior."

Art.3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nosso mandato foi demandado por profissionais da enfermagem sobre sua jornada de trabalho em âmbito estadual, buscando uma regulamentação mais efetiva sobre o tema.

Hodiernamente, a jornada de trabalho que os dos servidores efetivos da Secretaria de Estado da Saúde, do estado de Goiás, estão sujeitos é de jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, conforme a Lei nº 18.484, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre o plano de cargos e remuneração dos servidores efetivos da secretaria de estado da saúde e dá outras providências.

Nota-se que esse essencial direito buscado por esses profissionais é pauta de discussão em âmbito federal desde 1999, quando a Senado abriu a discussão através da proposição legislativa nº161/1999. Não obstante o direito não tenha sido conquistado formalmente em âmbito federal, já que ainda está em votação na Câmara Federal (PL 2295/2000), não há impedimento que os estado federados e os municípios adotem a medida. Nesse sentido é que a Lei nº 18.484, de 13 de maio de 2014, traz o direito em tela aos profissionais da saúde do estado.

Ocorre que em diversos municípios goianos os profissionais do estado ainda continuam fazendo a jornada de trabalho do comum, prevista na Constituição Federal em seu art.7, XIII, qual seja, 44 (quarenta e quatro horas) semanais. Ora, profissional da saúde, em específico os profissionais da enfermagem, trabalham em turnos, de modo que a jornada de 44 horas

288

semanais torna-se impossível que haja o intervalo legal de 11 (onze) horas entre turnos, tal com segue na Consolidação das Leis do Trabalho.

Outras categorias profissionais da saúde já obtiveram conquistas em relação à jornada de trabalho, como médicos (20 horas semanais /quatro horas diárias, desde 1961), fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais (30 horas semanais /seis horas diárias desde 1994). Outro caso exemplar é o das assistentes sociais, que, no mesmo contexto histórico da reivindicação da enfermagem, em 3 de agosto de 2010, conseguiram aprovar no Congresso Nacional o projeto de lei 152/2008, que estabelece a jornada de 30 horas, sancionado pelo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, em 27 de agosto de 2010.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que a jornada de 30 horas é a mais adequada para profissionais de saúde e usuários dos serviços, o que foi ratificado pela Internacional de Serviços Públicos – ISP, Sub-regional Brasil, entidade sindical que representa oficialmente os(as) trabalhadores(as) do setor público na OIT, em nota de apoio às 30 horas para enfermagem.

Portanto, a proposição em tela busca assegurar que estado e municípios goianos que atuam na área da saúde pública, adotem a jornada de 30 (trinta) horas semanais para os profissionais da saúde, servidores efetivos da Secretaria de Estado da Saúde.

Ante o exposto, na certeza de que podemos contar com a colaboração dos nossos Nobres Pares, os quais entenderão a grandeza dessa iniciativa legislativa, conclamo-os a convertê-la em lei.

Sala das Sessões aos de de 2017.

Atenciosamente,


Delegada Adriana Accorsi
Deputada Estadual
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ESTADO DE GOIÁS

O PODER DA CIDADANIA

PROCESSO LEGISLATIVO

Nº 2017001040

Data Autuação: 30/03/2017

Projeto : 110-AL
Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO
Autor: DEP. DELEGADA ADRIANA ACCORSI
Tipo: PROJETO
Subtipo: LEI ORDINÁRIA
Assunto:

ALTERA A LEI Nº 18.464, DE 13 DE MAIO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



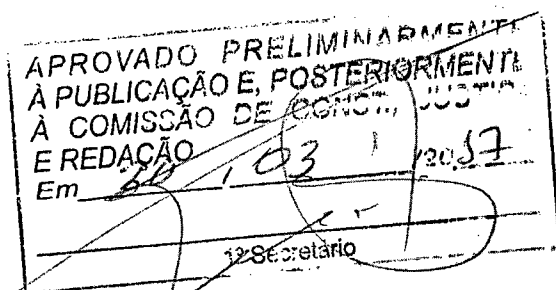
2017001040



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
O PODER DA LEGISLAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 110, DE 30 DE maio 2017.



ALTERA A LEI Nº 18.464, DE 13 DE MAIO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art.11 da Lei nº 18.464, de 13 de maio de 2014, passa a vigorar acrescido dos parágrafos 1º e 2º:

"Art. 11 Os ocupantes dos cargos de que trata esta Lei estão sujeitos à prestação de serviços de 30 (trinta) horas semanais, ressalvados aqueles amparados em legislação específica, computando-se como jornada de trabalho os dias úteis, sábados, domingos e/ou feriados em períodos diurnos e noturnos. +

Assf



§ 1º O disposto no caput deste artigo deve vigorar para os servidores efetivos da Secretaria de Estado da Saúde, lotados em quaisquer municípios do Estado de Goiás.

§ 2º Ficará a cargo da Secretaria de Estado da Saúde a comunicação com os órgãos de saúde municipais para a efetividade do disposto no parágrafo anterior."

Art.3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Nosso mandato foi demandado por profissionais da enfermagem sobre sua jornada de trabalho em âmbito estadual, buscando uma regulamentação mais efetiva sobre o tema.

Hodiernamente, a jornada de trabalho que os dos servidores efetivos da Secretaria de Estado da Saúde, do estado de Goiás, estão sujeitos é de jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, conforme a Lei nº 18.484, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre o plano de cargos e remuneração dos servidores efetivos da secretaria de estado da saúde e dá outras providências.

Nota-se que esse essencial direito buscado por esses profissionais é pauta de discussão em âmbito federal desde 1999, quando a Senado abriu a discussão através da proposição legislativa nº161/1999. Não obstante o direito não tenha sido conquistado formalmente em âmbito federal, já que ainda está em votação na Câmara Federal (PL 2295/2000), não há impedimento que os estado federados e os municípios adotem a medida. Nesse sentido é que a Lei nº 18.484, de 13 de maio de 2014, traz o direito em tela aos profissionais da saúde do estado.

Ocorre que em diversos municípios goianos os profissionais do estado ainda continuam fazendo a jornada de trabalho do comum, prevista na Constituição Federal em seu art.7, XIII, qual seja, 44 (quarenta e quatro horas) semanais. Ora, profissional da saúde, em específico os profissionais da enfermagem, trabalham em turnos, de modo que a jornada de 44 horas

288



semanais torna-se impossível que haja o intervalo legal de 11 horas entre turnos, tal com segue na Consolidação das Leis do Trabalho.

Outras categorias profissionais da saúde já obtiveram conquistas em relação à jornada de trabalho, como médicos (20 horas semanais /quatro horas diárias, desde 1961), fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais (30 horas semanais /seis horas diárias desde 1994). Outro caso exemplar é o das assistentes sociais, que, no mesmo contexto histórico da reivindicação da enfermagem, em 3 de agosto de 2010, conseguiram aprovar no Congresso Nacional o projeto de lei 152/2008, que estabelece a jornada de 30 horas, sancionado pelo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, em 27 de agosto de 2010.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que a jornada de 30 horas é a mais adequada para profissionais de saúde e usuários dos serviços, o que foi ratificado pela Internacional de Serviços Públicos – ISP, Sub-regional Brasil, entidade sindical que representa oficialmente os(as) trabalhadores(as) do setor público na OIT, em nota de apoio às 30 horas para enfermagem.

Portanto, a proposição em tela busca assegurar que estado e municípios goianos que atuam na área da saúde pública, adotem a jornada de 30 (trinta) horas semanais para os profissionais da saúde, servidores efetivos da Secretaria de Estado da Saúde.

Ante o exposto, na certeza de que podemos contar com a colaboração dos nossos Nobres Pares, os quais entenderão a grandeza dessa iniciativa legislativa, conclamo-os a convertê-la em lei.

Sala das Sessões aos de de 2017.

Atenciosamente,


Delegada Adriana Accorsi
Deputada Estadual
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Ao Sr. Dep. (s) Henrique Soares
PARA RELATAR

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 04/04 / 2017.

Presidente: Solon Amaral



PROCESSO N.º : 2017001040
INTERESSADO : DEPUTADA DELEGADA ADRIANA ACCORSI
ASSUNTO : Altera a Lei Nº 18.464, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre o plano de cargos e remuneração dos servidores efetivos da Secretaria de Estado da Saúde e dá outras providências.

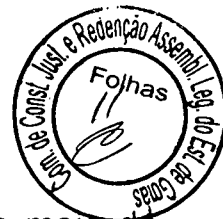
RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei, de autoria da ilustre Deputada Delegada Adriana Accorsi, que altera a Lei Nº 18.464, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre o plano de cargos e remuneração dos servidores efetivos da Secretaria de Estado da Saúde e dá outras providências.

A propositura dispõe que os ocupantes dos cargos de que trata a mencionada Lei estão sujeitos à prestação de serviços de 30 (trinta) horas semanais, ressalvados aqueles amparados em legislação específica, computando-se como jornada de trabalho os dias úteis, sábados, domingos e/ou feriados em períodos diurnos e noturnos.

A justificativa aponta que o objetivo é a adequação às outras categorias profissionais da saúde. Argumenta, ainda, que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que a jornada de 30 horas é a mais adequada para profissionais de saúde e usuários dos serviços.

Essa é a síntese da presente proposição.



A propositura altera a Lei Nº 18.464, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre o plano de cargos e remuneração dos servidores efetivos da Secretaria de Estado da Saúde e dá outras providências.

A propositura dispõe que os ocupantes dos cargos de que trata a mencionada Lei estão sujeitos à prestação de serviços de 30 (trinta) horas semanais, ressalvados aqueles amparados em legislação específica, computando-se como jornada de trabalho os dias úteis, sábados, domingos e/ou feriados em períodos diurnos e noturnos.

Embora entenda relevante a iniciativa do ilustre Deputado, o presente projeto não pode prosperar, pois invade a iniciativa privativa do Governador do Estado prevista no art. 20, § 1º, inc. II, alínea "b":

Art. 20. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta e na Constituição da República.

§ 1º São de iniciativa privativa do Governador as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

b) Os servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, a criação e o provimento de cargos, empregos e funções na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, a estabilidade e aposentadoria, e a fixação e alteração de sua remuneração ou subsídio;

Com efeito, o projeto de lei apresentado altera artigo de lei que trata sobre a jornada de trabalho de servidores efetivos da Secretaria de Estado de Saúde, órgão pertencente à estrutura administrativa do Poder



Executivo, razão pela qual se mostra formalmente inconstitucional, devido ao vício de origem.

Assim, sugerimos à ilustre Deputada que encaminhe ao Governador, via requerimento, a proposta contemplada nesta iniciativa, a qual poderá ser acolhida, se assim entender o Chefe do Poder Executivo.

Portanto, o presente projeto não está compatível com o ordenamento jurídico vigente.

Com esses fundamentos, ante o vício de inconstitucionalidade apontado, somos pela **rejeição** do presente projeto de lei.

SALA DAS COMISSÕES, em 04 de Abril de 2017.


Deputado HENRIQUE ARANTES
Relator

efa



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova o parecer do Relator **Contrário À Matéria.**

Processo Nº 2040/17

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 27/04 / 2017.

Presidente:



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Goiânia, 31 de janeiro de 2019.

De acordo com o artigo 124 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, encaminhe-se para arquivamento, depois de gravada a sua tramitação no sistema de protocolo.

Rubens Bueno Sardinha da Costa
Diretor Parlamentar